

As UPPs na prática: *novo cerco* às favelas?¹

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues*

Resumo

O trabalho realiza uma etnografia da dinâmica de relações que se desenvolve em torno da organização de “festas” e “eventos” nos espaços públicos de uma favela “pacificada” da zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, onde tive uma experiência de trabalho (nos anos de 2012 e 2013) pelo programa UPP Social e na qual realizo trabalho de campo no âmbito do meu curso de doutorado em Sociologia. Através daquela etnografia, o trabalho procura desenvolver a ideia de que a presença cotidiana da polícia em territórios com os quais, antes, mantinha outro tipo de relação acaba por gerar um *novo cerco* (parafraseando MACHADO DA SILVA *et al.*, 2008) aos moradores das favelas, que se converteram em objeto daquela nova “política de segurança pública”, numa inversão do discurso oficial que a entende como o agente fundamental de um novíssimo ciclo virtuoso de “integração” da cidade.

Palavras-chave

UPPs. Novo cerco. Organização de “eventos”.

Abstract

The work conducts an ethnography of the relationship dynamic which develops around the organization of “parties” and “events” in the public spaces of a “pacified” favela in the north area of Rio de Janeiro, where I had a work experience (during 2012 and 2013) through the Social PPU program and where I conduct a field work regarding my doctorate course in Sociology. Through this ethnography, the work intends to develop the idea that the daily police presence in areas where, before, there was a different relationship, ends up creating a *new siege* (paraphrasing MACHADO DA SILVA *et al.*, 2008) for the favela residents which converted into an object of that new “public safety policy”, in an inversion of the official

¹ Agradeço profundamente aos dois pareceristas anônimos da revista pelos comentários, críticas e sugestões em função dos quais o texto foi retificado/reelaborado em diversos pontos. A responsabilidade pelas eventuais inconsistências, desnecessário dizer, é do autor.

* Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues é Doutorando pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). E-mail: danielsoaresrrodrigues@gmail.com.

speech which understands it as the fundamental agent of a brand new virtuous cycle of the city's "integration".

Keywords

PPUs. New siege. Organization of "events".

Introdução

Apesar de sua enxuta normatização legal, o "experimento das UPPs" vem se projetando na arena pública (fluminense e nacional) como um inovador modelo de segurança pública: hoje, são 38 instaladas no Estado do Rio de Janeiro (apenas uma encontra-se fora da sua capital), e a previsão oficial já foi a de se chegar a 40 unidades policiais até o fim de 2014². Ao longo de sua expansão, um discurso vem se tornando hegemônico, cujas difusão e propagação encontramos – grosso modo – nos grandes meios de comunicação, na legislação que a ele se refere e nos pronunciamentos de seus porta-vozes oficiais. De acordo com essa (espécie de) ideologia dominante, a força policial é o carro-chefe da "integração" da cidade, num movimento (virtuoso e inexorável) de absorção, por parte do "asfalto" ou das instituições da "cidade formal", de amplas parcelas do solo urbano historicamente marcados pela violência e definidos pela ausência³. Nesta retórica, assume protagonismo, por um lado, a promessa de expansão (qualitativa e quantitativa) de serviços públicos e privados nas áreas faveladas e de "desenvolvimento

² Sigo, aqui, a sugestão de Rodrigues e Siqueira (2012: 13) de que as UPPs conformam menos uma "política de segurança pública" que um "experimento", dado o caráter pragmático e circunstancial pelo qual foram se espraiando pela cidade – do que a baixa regulação jurídica e institucional de sua atuação é um sinal inequívoco.

³ O decreto n° 42.787, de 06 de janeiro de 2011 (norma legal do executivo estadual que dispõe mais diretamente sobre as UPPs), no seu inciso III, art. 2º, fala em "*reintegração da comunidade à sociedade democrática*". O sítio eletrônico oficial das UPPs afirma ainda, por sua vez, que "*a atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias*" (cf. http://www.upprtj.com/index.php/o_que_e_upp; último acesso em 1º de junho de 2014).

social e econômico de comunidades”⁴ antes “degradados” do ponto de vista urbanístico e social; e, por outro, uma fala que, estimulando a “formalização” e expansão de negócios e empreendimentos comerciais, expressa vivamente o “empreendedorismo como ideologia” (DIAS; WETZEL, 2010) ou, dito de outro modo, o “par empregabilidade/empreendedorismo” como estratégia de “convencimento ideológico” (MACHADO DA SILVA, 2002) no contexto de gestação e difusão de um “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Tomando esse discurso dominante como pano de fundo e contraponto, o artigo tem como objeto de reflexão uma circunstância política específica da favela na qual, atualmente, realizo um estudo de caso (de cunho etnográfico) para fins de construção de uma tese no curso de doutoramento em sociologia; trata-se, aqui, de buscar compreender como se constitui a teia de inter-relações em torno da organização e realização de “festas” e “eventos” na Quadra do Largo, localizada num espaço central da favela Horizonte, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro⁵. A partir de trabalho de campo e entrevistas em profundidade⁶, o artigo identifica e discute as disputas que se desenrolam entre força policial e tráfico de drogas

⁴ Cf. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Em alguns casos, que não analisaremos aqui, o processo de “pacificação” leva à gentrificação das áreas afetadas. O termo remete ao texto seminal de Ruth Glass (London: aspects of change, de 1964) e paulatinamente dominou grande parte dos estudos urbanos que tratam de processos de transformação urbana que envolvem certo tipo de “exclusão social”. Para uma construção positiva da gentrificação como “renovação urbana”, ver série do jornal “O Globo” (<http://oglobo.globo.com/infograficos/gentrificacao-cidade-em-transe/> - último acesso em 1º/06/14); para uma crítica da gentrificação enquanto ideologia e uma reconstrução do seu histórico enquanto fenômeno urbano, ver Smith (2012); para uma alternativa teórica, ver Pereira (2014). Para uma tentativa de análise da gentrificação a partir da favela Santa Marta, ver Ost e Fleury (2013) e Fleury (2012). Embora a “gentrificação” não tenha sido o objetivo declarado do experimento das UPPs, um de seus efeitos, em determinados locais da cidade, tem sido este. Para um relato jornalístico a partir da favela do Vidigal. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/vidigal-passa-por-febre-de-expansao-imobiliaria-4953902>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

⁵ Com o intuito de preservação das identidades, os nomes da favela, de seus habitantes e de seus espaços são todos fictícios.

⁶ A experiência de trabalho que tive na Gestão Territorial do programa UPP Social (sediado no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP) de fevereiro de 2012 a julho de 2013, tendo determinado minha entrada no campo, foi de fundamental importância para a construção de reflexão. No entanto, a despeito da relevância da discussão metodológica acerca do meu “lugar no campo”, deixo-a de lado em função da natural limitação de espaço a que tem de se submeter esta exposição.

no que tange à regulação do espaço público, problematiza a legislação que sustenta a atuação da UPP na temática particular da organização “eventos” e analisa as relações que, quanto a isso, se estabelecem no rés de chão da favela. Consciente das limitações que um “estudo de caso”⁷ tem quanto às suas possibilidades de generalização, a exposição sugere que, numa inversão do discurso oficial em torno das UPPs, a presença continuada da polícia em localidades onde antes atuava apenas por meio de incursões pontuais vem gerando um *novo cerco* (parafraseando MACHADO DA SILVA *et al.*, 2008) às favelas e a seus moradores.

A Localidade de Pesquisa: Notas Introdutórias

A favela Horizonte localiza-se num morro de alta declividade e integra o perímetro de atuação da UPP H (inaugurada no início do primeiro semestre de 2011), que abrange ainda outras cinco áreas de favela reconhecidas pelo SABREN (Sistema de Assentamentos de Baixa Renda), do IPP, de onde tiramos os dados aqui utilizados⁸. Essa favela é a mais populosa das abrangidas pela UPP H (abriga, oficialmente, cerca de 2.500 pessoas, embora as estimativas da rede de instituições locais defendam o número de 10 mil habitantes), concentrando (em termos relativos) a atenção de agências do poder público prestadoras de serviços e contando com uma teia associativa interna mais ampla e complexa. A própria sede da UPP H (que consiste apenas de um conjunto de 4 contêineres e não de uma estrutura de dois ou mais andares, como ocorre em outras UPPs) localiza-se na favela Horizonte, em um de seus locais mais centrais: ao lado da Quadra do Largo (localizada

⁷ Sem entrar em mais detalhes acerca do alcance (e do significado implicado na ideia) de um “estudo de caso” (para uma análise, conferir a coletânea organizada por Ragin e Becker [2009]), gostaria apenas de indicar que utilizo o termo “caso” na mesma acepção defendida por Van Velsen (2010) e Gluckman (1980). Aqui, os “casos” são entendidos como eventos sociais conexos e inter-relacionados que se desenrolam ao longo do tempo entre (aproximadamente) as mesmas pessoas e (primordialmente) no interior de uma mesma área geográfica. Nesta perspectiva, os “casos” são apresentados no seu contexto social mais amplo – sem se prestar apenas pontualmente a estratégias mais apressadas de generalização empírica.

⁸ Cf. <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>; último acesso em 1º/06/14. São as definições do Sabren que, de fato, informam a territorialização utilizada pelo projeto das UPPs.

logo no início da mais utilizada via de acesso ao interior da favela)⁹. A favela Horizonte ainda se destaca das demais (abarcadas pela UPP H) por possuir uma Associação de Moradores relativamente bem estruturada em termos de infraestrutura física e material¹⁰ e uma quantidade relativamente grande de “projetos sociais” e grupos organizados internamente, como os (cerca de 4) “bondes” (o termo é local) e grupos de jovens (de diferentes denominações) que organizam festas e “eventos” em diferentes espaços da favela (dentre eles a Quadra do Largo), atuando, pois, como produtores culturais locais¹¹. O termo “evento” é localmente utilizado para designar festas produzidas por atores locais (individuais ou coletivos), que geralmente (mas, não exclusivamente) ocorrem na Quadra do Largo e podem ou não contar com “atrações” externas (usualmente, bandas e grupos de pagode de variado

⁹ Desde o dia 13 de abril de 2014, quando houve um grande evento de lançamento do início das obras de construção da sede da UPP local (com a presença do prefeito Eduardo Paes e do governador do Estado Luiz Fernando Pezão, além de outros políticos profissionais), os contêineres não estão mais exatamente ao lado da Quadra do Largo (espaço das obras), mas amontoados em frente à creche local, que é também próxima dessa Quadra.

¹⁰ De acordo com (as três) entrevistas que realizei com a atual presidente (que chamaremos de Tamara), com o ex-presidente (que chamaremos de Fernando) e com a ex-vice-presidente (e atual “coordenadora local” de um “projeto social” de Reciclagem) da Associação de Moradores, que chamaremos de Anna, o prédio em que essa associação funciona foi sendo construído aos poucos ao longo dos anos. Hoje, dispõe de 17 amplas salas que são tanto utilizadas para a gestão da associação propriamente dita quanto alugadas para projetos sociais (do “terceiro setor” ou do próprio poder público) ou para atividades comerciais (como padaria, armazém, restaurante etc.).

¹¹ Além do referido projeto social de Reciclagem (que ocupa uma das salas do prédio da associação de moradores e é financiado pelo instituto social de uma multinacional do ramo alimentício), estão sediados na favela Horizonte um coletivo (que chamaremos de “Coletivo Juventude”, que também ocupa uma daquelas 17 salas) cujo fundador (que chamaremos de Cristian) desenvolve diversos “projetos sociais” (da revitalização de áreas e praças públicas até atividades de dança e informática etc.) desde o início dos anos 2000, uma ONG voltada para ações de sustentabilidade e meio-ambiente (que chamaremos de ONG Florescer), um Grupo de Dança e um coletivo que se pretende de apoio e de aglutinação dos moradores de favela da região (cujo fundador, Fernando, foi presidente da Associação de Moradores por dois mandatos), um coletivo (que chamaremos de Grupo Prev., o qual abriga igualmente aquele projeto de Reciclagem) voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, um Clube dos Homens (grupo de cerca de 20 homens que é responsável pela gestão do espaço de um amplo campo de futebol localizado na parte mais alta da favela), dentre outras iniciativas governamentais (como o projeto Sesi Cidadania, a AgeRio etc.). São as pessoas mais protagonistas destes grupos e que, de diferentes modos, reivindicam para si o papel e o lugar de (e são parcial ou amplamente reconhecidas como) “líderanças comunitárias” que entendemos como agentes de uma “rede local” ou “teia associativa local”.

sucesso no cenário fluminense e nacional). E que ocorrem no período noturno, adentrando pela madrugada. Já as demais áreas de favela que fazem parte do perímetro da UPP H ou não têm Associações de Moradores ou as têm há muito pouco tempo, de modo que os setores organizados da favela Horizonte pouco dialogam com aquelas demais áreas.

Ademais, cabe destacar que a favela Horizonte, mesmo após a “pacificação”, na fala de diversos interlocutores meus, é dividida em duas partes pelo comércio de drogas local, também ele dividido (embora parte da mesma facção criminosa). Nessa fala, as partes superior e inferior da favela têm dois “donos” distintos, conformando uma espécie de divisão de mercado e de território. A Quadra do Largo encontra-se na parte inferior, em que se tem o acesso principal à favela. Praticamente todos com os quais já pude conversar sobre esse tópico sabem os nomes dos “donos” de ambas as partes e de quem (embora já presos) partem as regras que devem ali ser por eles seguidas.

A Dinâmica da Organização de “Eventos”

A disputa em torno do papel da polícia

No início de setembro de 2013, foi anunciada uma série de mudanças de comando nas UPPs: das 34 então existentes, 25 tiveram seus comandantes trocados. Tratou-se de uma “dança das cadeiras” (já que nenhum policial foi excluído do – ou adicionado ao – rol de comandantes de UPPs) que, na realidade, refletia as mudanças, ocorridas um mês antes, tanto no comando da Polícia Militar quanto no cargo de coordenador da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)¹². Ainda no início daquele mês, eu chego à favela

¹² Com a troca de comando da Polícia Militar (em 06/08/2013, o coronel José Luís Castro Menezes assume o comando em substituição ao coronel Erir Ribeiro), assume a CPP o coronel Paulo Frederico Borges Caldas (até então coordenador de Comunicação Social da PM), em substituição ao coronel Paulo Henrique (ex-comandante do BOPE). O Jornal “O Dia” noticia, em 08/08/2013, que a mudança de direção na CPP obedece ao perfil do novo comandante da Polícia Militar: “Tanto nas conversas reservadas como na escolha dos homens que passam a integrar a cúpula da instituição, o coronel José Luís Castro de Menezes dá sinais de que deseje menos músculo e mais bate-papo. Quer a população como parceira tanto para denunciar os criminosos como no planejamento do policiamento”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-08/coronel-frederico-caldas-assume-comando-das-upps.html>. Acesso em 01 de junho de 2014).

Horizonte para participar de reunião (ou “Café Comunitário”, em termos locais) de apresentação formal do novo comandante da UPP H; a reunião foi divulgada pela presidente (Tamara) da Associação de Moradores e ocorreu numa das salas de sua sede. A própria chamada do Café¹³ já indica um ponto de pauta importante para a coletividade local, qual seja, a questão da organização de “eventos a serem realizados na comunidade.”

Tratava-se da primeira troca de comando pela qual passava a UPP H desde sua inauguração, o que alimentou, dado alguns entraves e gargalos que alguns moradores e lideranças locais identificavam na interlocução com o antigo comandante, esperanças quanto à possibilidade de mudanças nessa relação – sobretudo, mas não exclusivamente, no que tange à delimitação de regras para a organização de eventos no espaço da Quadra do Largo (mas não só lá). Participaram da reunião cerca de 25 pessoas (entre policiais, produtores locais, moradores, lideranças, comerciantes e representantes de agências do poder público municipal, como a Comlurb e a UPP Social) dispostas em cadeiras organizadas na forma de um retângulo, obedecendo ao formato mais geral da sala.

No momento inicial de rodada de apresentações (protagonizado por Tamara¹⁴), o capitão afirma que “tô aqui para escutar as demandas, pra ver o que a gente pode fazer para melhorar a vida na comunidade”. Nisso, ele aponta para um gato e um cachorro que dividiam com os demais o espaço da sala e declara: “o ser humano é racional, enquanto o animal não. E se o gato e o cachorro estão convivendo em paz, por que nós também não podemos?”¹⁵

¹³ O cartaz de divulgação anunciava: “**Associação de Moradores da Favela Horizonte CONVIDA para Café da Manhã Coletivo do Complexo da Favela Horizonte. PAUTA:** Apresentação do novo Comandante da UPP, a todas as lideranças e representantes dessas comunidades. Iremos conhecê-lo, e nos fazer conhecer. É importante para futuros episódios ou *eventos a serem realizados na Comunidade*” (os grifos em itálico são meus).

¹⁴ Tamara tem pouco mais de 50 anos e é presidente da Associação de Moradores desde 2008. Antes disso, participou de outras gestões como secretária da Associação. Atua em diferentes frentes de trabalho enquanto presidente da Associação (como, mas não só, na interlocução com agências do poder público) e divide seu tempo com costureira (tendo montado um ateliê em sua casa) e como “cuidadora” (sem carteira assinada e por três noites semanais) de uma rica senhora do bairro em que se localiza a favela Horizonte. Esta senhora tem inclusive um histórico de “ajudar a favela”, concedendo, até hoje, determinada quantia de cestas básicas para Associação distribuir entre os moradores.

¹⁵ A analogia com o mundo animal, na fala do capitão e, depois, de outras lideranças ali presentes, expressa a ideia da necessidade, em termos locais, de uma “mudança de paradigmas” na relação entre moradores de favela e policiais neste novo momento de “pacificação”. Esse

Pouco depois, o capitão faz uma longa fala sobre o que chama de “questão dos eventos”; diz ele que “os próprios capitães das UPPs levaram ao Secretário a reivindicação de revogação da resolução zero treze. Eu gosto de funk, mas tem a lei. Tem que rever porque se você leva à risca, não tem evento nenhum”. Ele fala do caso do incêndio em Santa Maria¹⁶ e do quanto ficou “ainda mais difícil liberar a realização de eventos”. Afirmo que os capitães levaram o caso ao Secretário porque, se eles liberam com a atual legislação em vigor e ocorre algum acidente, eles é que têm de responder legalmente; diante disso, diz ele, “o que eu faço? O mínimo possível para dividir responsabilidades”. Diz ele que, para a realização de eventos, exige apenas o “nada opor” da prefeitura e do corpo de bombeiros e um documento, a ser enviado à UPP, discorrendo sobre o local e número previsto de pessoas no evento – e que os pedidos têm todos de vir através da Associação de Moradores. Afirmo o capitão que a resolução ainda está em vigor e que mesmo assim ele está sendo “flexível”, mesmo podendo estar incorrendo em “omissão”: “tô cobrando o mínimo, pode baixar a lei no Google... Fora isso, eu não vou autorizar nenhum tipo de evento. Mas, não sou um ditador. Podemos conversar sobre alternativas, mas dentro da lei.” A presidente da Associação de Moradores e um produtor local (que chamaremos de Beto¹⁷, integrante de um dos bondes locais, o “Bonde X”) afirmam que estavam tentando percorrer esse mesmo caminho burocrático quando da gestão do capitão anterior, mas que sempre esbarravam na dificuldade de conseguir uma autorização do corpo de bombeiros. Quanto a isto, o capitão diz que irá “tentar mediar o

discurso da necessidade de um corte com relação ao passado para se construir uma nova relação assentada em outras bases foi proferido em diversos momentos da reunião por algumas figuras-chave daquela interação, dentre elas o próprio capitão. Uma liderança local (Cristian), por exemplo, após esta fala do capitão que recorre àquela analogia, complementa: “aproveitando a fala sobre a racionalidade, eu enfatizo a necessidade da construção dessa relação de confiança. Que essa confiança vá a cada momento sendo solidificada. Que cada um esteja de fato aberto para essa relação”. Para uma interpretação destas falas a partir da ótica do “perdão”, ver Siqueira e Rodrigues (2012; p.29-37).

¹⁶ O capitão refere-se ao incêndio, que gerou comoção nacional, ocorrido em 27 de janeiro de 2013 na boate Kiss, em Santa Maria/RS; o incêndio provocou a morte de 242 pessoas. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/tragedia-incendio-boate-santa-maria-entenda/platb/>. Acesso em 01 de junho de 2014.

¹⁷ Beto tem cerca de 30 anos e trabalha na favela, dirigindo ali uma barbearia. Ele não é nascido na favela Horizonte, mas se orgulha, “mesmo tendo uma história meio triste”, de ter ali se estabelecido profissional e residencialmente.

conflito”; que vai se apresentar ao comandante do destacamento da área para “entrar nesse meio de campo, nesse circuito”. E que “se eu ver que tá sendo intransigente, eu vou autorizar mesmo assim”. Em face da indagação da presidente acerca do horário permitido para a realização dos eventos, o capitão afirma que “não vou autorizar eventos para venda de entorpecentes!” Ele diz que na UPP por ele anteriormente comandada “ocorria muito isso, de pessoas irem pedir para realizar eventos onde eu fazia 90% das apreensões de drogas”¹⁸. Tamara retoma a questão do horário e sugere que seja liberada a realização dos eventos até as 04h, ao que o capitão diz: “vamos fazer três horas? Até pra gente ver como vai ser, é a primeira...”. Aqui, Tales, filho de Tamara e integrante de um grupo local produtor de eventos musicais (que chamaremos de “Grupo B”¹⁹), além de agente local da AgeRio²⁰, diz que, no último evento que realizou na favela, o antigo capitão autorizou até as 2h com prorrogação até as 4h. O capitão Reginaldo, aqui, diz: “pode ser então, mas três e meia já vai tocando a expulsadeira! E nada de senta na cabecinha também, nada disso!” Quanto a isto (ao tipo de música a ser escutada), Reginaldo diz que “o que me preocupa não é o problema da apologia, até porque está no código penal, mas o que não está tipificado no código penal e que a gente não pode permitir. A mulher conquistou seu espaço, desde a revolução industrial, em mil oitocentos e trinta e cinco, e

¹⁸ Sobre este ponto, ele afirma, em outro momento da reunião, que “assim como eu apuro desvio de conduta [dos policiais], eu vou apurar também as responsabilidades dos moradores. Vou botar gente infiltrada nas festas, filmando. Eu já fiz dois cursos de inteligência e já coordenei serviços de inteligência da P.M. Eu estou avisando como eu vou proceder. Quem fizer o que estiver fora do acordado, não vai ficar legal. Essa vai ser minha proposta. Assim como eu apuro as responsabilidades dos policiais, vou apurar as dos moradores. Porque também tem fofoca. No caso do Amarildo, por exemplo: quem tem a verdade? (...) Eu tenho dois cursos de inteligência. Isso vai ser estartado por mim e por um serviço de inteligência que atua secretamente, que já atuou ontem, que está atuando agora. O bar ou o evento pode ser um estica, e isso vai ser filmado, fotografado, para que as providências sejam tomadas”.

¹⁹ O Grupo B é um coletivo recente, fundado em 2012 por jovens da favela, diferentemente do Bonde X.

²⁰ A AgeRio (Agência Estadual de Fomento) é uma instituição financeira do governo do Estado que apoia iniciativas e projetos econômicos e repassa linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento); organizou, em fins de 2013, o “Prêmio Empreendedor da Comunidade”, em que “premiou os 13 negócios financiados pelo seu Programa de Microcrédito que mais se destacaram ao longo do ano dentro das comunidades pacificadas do Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/221073+premio+empreendedor+da+comunidade+vidigal+leva+a+melhor>. Acesso em 01 de junho de 2014). Para mais informações, disponível em: <http://www.agerio.com.br>.

não podemos permitir o funk que produz a banalização da mulher.” Além disso, o capitão enfatiza que o pedido de autorização deve ser enviado à Associação de Moradores (para ser entregue à UPP) com no mínimo 30 dias de antecedência da realização do evento.

Depois dessa reunião, tive várias conversas com Beto a respeito da festa que o Bonde X estava organizando para o início de novembro e pude acompanhar sua movimentação na tentativa de conseguir a autorização da UPP. Tendo um papel de destaque na interlocução com a UPP e com a Associação de Moradores para fins de “liberação do evento”, Beto afirmou em diversos momentos que o formato geral acordado na reunião destacada estava sendo colocado em prática. Diz que o organizador do evento tem de passar para Tamara os “dados do evento” (quem organiza, qual a expectativa de público e o horário de início, tendo de terminar às 4h), para que ela possa encaminhá-los à UPP, que, de posse desse documento, concede um “nada opor” e especifica quais documentos são ainda necessários para a autorização final do evento. Estes consistem de um “nada opor” da prefeitura (“da subprefeitura na verdade”, diz ele), um do corpo de bombeiros e outro da polícia civil. Ele diz que “o problema é os bombeiros”, já que eles estabelecem condições impossíveis de serem preenchidas; sendo assim, Beto afirma que o capitão acabou se “responsabilizando pelo evento”, caso “algo saia errado”, e que “o problema todo é a resolução zero treze”.

Em termos jurídicos, contudo, a “resolução zero treze” consiste de um ato do Secretário de Estado de Segurança, que regulamenta o decreto estadual nº 39.355, de 24 de maio de 2006, o qual “dispõe sobre a atuação conjunta dos órgãos de segurança pública na realização de eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”²¹. Esse decreto (e aquela resolução “zero treze”²², que o regulamenta), ao lado do decreto estadual nº 16.695, de 12 de julho de 1991 e da resolução (que o regulamenta) de nº 278, de 21 de dezembro de 2004 da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC²³), constituem os pilares da legislação fluminense

²¹ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/meu-rio-production/Decreto+Estadual+39355.2006.pdf> . Acesso em 01 de junho de 2014.

²² Resolução SESEG nº 013, de 23 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B6Sch343QE8bRVVWMUlvjdSWkk&usp=sharing>. Acesso em 01 de junho de 2014.

²³ Disponível em: <http://www.dgdp.cbmerj.rj.gov.br/documentos/arquivos/Resolucao278.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2014.

voltada para a execução de eventos públicos. Tecnicamente, decretos são atos realizados pelo chefe do poder executivo (municipal, estadual ou federal) com vistas à execução do que já está previsto em lei; resoluções, por sua vez, são feitas pelos secretários (municipais, estaduais ou federais) nomeados pelos chefes do executivo com vistas à regulamentação dos decretos, dando os termos da sua implementação concreta. O (formalmente) estranho, aqui, consiste no fato de que o decreto de 2006 não faz referência a nenhuma lei que ele se destina a regulamentar – conforme mostra parecer da Fundação Getúlio Vargas (Direito Rio) sobre o tema (MONCAU, 2011; p.03)²⁴; mas é possível traçar o histórico do decreto a partir das normas a ele anteriores.

Como mostram Moncau e Pimentel (2013; p.03), o decreto nº 39.355/2006 remonta ao decreto nº 3.074, de 05 de março de 1980, que, em seus próprios termos, atribui à Secretaria de Segurança Pública as atividades de controle e fiscalização das diversões públicas “como forma de assegurar o respeito aos bons costumes e à manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, através a (sic) e efetiva observância das prescrições legais e regulamentares atinentes à Censura Federal”. Essa norma legal faz uma remissão a outra (de 1968, quando a cidade do Rio de Janeiro era ainda Estado da Guanabara) e foi substituída pelo decreto 16.695 de 12 de julho de 1991, o qual “transferiu à Secretaria de Estado da Defesa Civil as atividades de controle e fiscalização das casas de diversões”²⁵. Esse decreto foi regulamentado pela resolução SEDEC nº 111 de 09 de fevereiro de 1993²⁶, a qual, por sua vez,

²⁴ O parecer, fruto de uma parceria entre a FGV Direito Rio e a APAFUNK (Associação de Profissionais e Amigos do Funk), foi apresentado em abril de 2011 numa audiência pública da ALERJ destinada à discussão acerca da necessidade de modificação da resolução SESEG nº 013; a audiência reuniu comandantes da PM e representantes da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Cultura, do Circo Voador, da FGV e da APAFUNK e foi palco de um consenso entre estes atores acerca daquela necessidade. Mas, após esse encontro, mesmo com o encaminhamento de formação de um grupo de trabalho para formular um novo texto para a resolução 013, nem um passo foi dado nesta direção. Disponível: http://www.marcelofreixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=295. Acesso em 01 de junho de 2014. Uma versão mais elaborada do parecer pode ser encontrada em Moncau e Pimentel, 2013.

²⁵ Disponível em: http://dgst.cbmerj.rj.gov.br/documentos/Decreto%20N_%2016.695,%20de%2012%20de%20Julho%20de%201991.pdf. Acesso em 01 de junho de 2014.

²⁶ Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/coscip/Resolucao_SEDEC_Nr_111_de_09fev93_Define_o_Orgao_proprio_para_a_fiscalizacao_dos_estabelecimentos_de_diversoes_publicas.pdf. Acesso em 01 de junho de 2014.

deu lugar à já mencionada resolução SEDEC nº 278/2004²⁷. No entanto, o decreto 16.695/91, referindo-se apenas às atribuições da Secretaria de Estado da Defesa Civil, ressalta, em seu artigo 2º, que “não se incluem, nas atividades a que se refere o presente decreto, aquelas definidas em lei como de competência das Polícias Estaduais Civil e Militar”. O decreto 39.355/06 (regulamentado pela resolução SESEG nº 013) vem preencher essa lacuna, preceituando sobre os deveres dessas polícias no que concerne à temática geral do que estamos chamando de “organização de eventos”.

Há várias inconsistências especificamente jurídicas, exaustivamente exploradas em Moncau (2011) e em Moncau e Pimentel (2013) nessa legislação (nesses dois decretos e suas respectivas resoluções regulamentadoras), das quais destacamos apenas três. Em primeiro lugar, a legislação prevê ampla discricionariedade aos agentes públicos responsáveis pela sua aplicação, permitindo (por utilizar, também, terminologia pouco precisa) que ajam de acordo com critérios subjetivos e pessoais (ao sabor das circunstâncias) e, assim, dispensem tratamentos distintos a diferentes grupos ou indivíduos (o que fere o princípio da *igualdade perante a lei*, pilar do Estado de direito – Bobbio [2000: 39-41] – e abre espaço para práticas de corrupção – no sentido específico de Ribeiro [2001])²⁸. Em segundo lugar, a legislação ataca a garantia da presunção de inocência (inciso LVII do artigo 5º de nossa CF)²⁹

²⁷ Moncau (2011) e Moncau e Pimentel (2013), cujas exposições são, de resto, bastante elucidativas, equivocam-se, contudo, ao afirmarem que a resolução SEDEC 278/2004 vem regulamentar o decreto nº 39.355/2006; não bastasse a resolução ser anterior ao decreto, ela refere-se expressamente, no seu art. 1º, ao decreto nº 16.695/1991.

²⁸ A título de exemplo, podemos destacar o artigo 3º da resolução SEDEC nº 278/04, o qual afirma que “além das normas constantes nesta Resolução, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro poderá determinar outras medidas que, a seu critério, julgar convenientes à manutenção da ordem, da proteção civil, do respeito à sociedade e aos *bons costumes* a serem adotadas, antes, durante e/ ou após os eventos”; ou, ainda, o parágrafo único do art. 2º da resolução SESEG nº 013/07, que determina que “considerando a natureza e o tipo do evento a ser realizado, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução exigirem, motivadamente, outros requisitos que visem à prevenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio e a repressão às atividades criminosas. De igual modo, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução, suprirem, motivadamente, determinados requisitos considerando o grau mínimo de risco à segurança pública e a natureza do evento artístico, social e/ou desportivo de pequena ou média monta em homenagem ao princípio da proporcionalidade” (o grifo em *italico* é meu).

²⁹ Por exemplo, o inciso primeiro do art. 6º da resolução SEDEC nº 278/2004 determina, como documento necessário para a autorização por parte do Corpo de Bombeiros, que os promotores do evento satisfaçam a seguinte exigência: “I - atestação do “nada a opor” da Delegacia de Polícia da área, informando quanto: a) a idoneidade e os antecedentes dos responsáveis; e b) se o local esta sob suspeita policial, inclusive, relativo a finalidade do negócio”. Já a resolução SESEG nº 013/07, no seu art. 2º, exige (para a autorização junto à Polícia Civil) um “cadastro para verificação da qualificação, idoneidade e antecedentes criminais dos promotores do evento e dos responsáveis legais pelo estabelecimento ou local onde o mesmo se realizará”.

e, por fim, age em flagrante desproporcionalidade ao não distinguir eventos de grande e pequeno portes, do que é expressão a ampliação do escopo de atuação do Estado determinada pelo decreto 39.355/06, que não se refere meramente (como os a ele anteriores) à fiscalização de casas de diversões, mas dispõe, antes, sobre a autorização para a realização de quaisquer eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a resolução “zero treze” privilegia, no seu texto legal, a normatização de megaeventos, indicando no inciso I do seu art. 2º, como exemplos de locais fechados, “a Apoteose, o Maracanã, Parques de Exposição, outros Estádios de Futebol, o Riocentro etc.” e, como ilustrações de locais ao ar livre, o “Aterro do Flamengo, a Quinta da Boa Vista, a Orla Marítima etc.” Assim procedendo, a legislação exige dos organizadores de eventos de menor porte uma enorme e grandiosa série de requisitos legais para que consigam as devidas autorizações dos órgãos competentes, exigências para as quais, por definição, não estão preparados.

Essas desproporcionalidade e discricionariedade têm os mais variados efeitos, como a opção do “empreendedor” pela “informalidade” (MONCAU; PIMENTEL, 2013; p.71), práticas de corrupção e abusos de poder por parte de agentes públicos, a pulverização do poder de decisão em várias instâncias da administração pública (o que eleva exponencialmente os custos burocráticos da realização de um evento e reduz os incentivos para sua realização dentro da lei) e a perseguição, por parte desses agentes, de determinadas manifestações e eventos socialmente estigmatizados, como os bailes funk³⁰, o que é prenhe de efeitos para a economia (e para as possibilidades de lazer) das favelas “pacificadas” – objeto desta comunicação. Variados são os relatos do quanto a proibição dos bailes funk pelo poder policial em favelas com UPP impactou a economia local, levando à falência diversos salões de beleza, bares e biroskas³¹.

³⁰ Os efeitos da resolução “zero treze” nos bailes e profissionais do funk jogou papel fundamental no processo que deu origem, em 2008, ao APAFUNK (Associação dos Profissionais e Amigos do Funk); a associação publicou inclusive os seus “07 motivos para ser contra a resolução 013” (Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B6Sch343QE8bRVVWMUlvjdSWk&usp=sharing> – último acesso em 1º/06/14) e foi ator central na aprovação da lei 5.543, de 22 de setembro de 2009, que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Disponível em: <http://www.apafunk.org.br/leis.html>.

³¹ Na favela da Rocinha, por exemplo, uma cabeleireira, forçada a mudar de negócio com a chegada da UPP, afirma: “a UPP acabou com a chapinha”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/03/1238983-apos-chegada-da-upp-a-rocinha-bailes-e-saloes-de-beleza-dao-lugar-a-curso-de-ioga.shtml>. Acesso em 01 de junho de 2014. Ver também: <http://extra.globo.com/noticias/economia/comercio-da-rocinha-se-reinventa-apos-saida-do-trafico-7477514.html>. Acesso em 01 de junho de 2014.

Em agosto de 2013, no entanto, na esteira das chamadas “jornadas de junho”, diversos meios de comunicação anunciaram que “o governador Sérgio Cabral decidiu revogar a resolução 013”³² e uma “nota à imprensa sobre a resolução 013” foi divulgada em 14 de agosto de 2013 no site da Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Rio de Janeiro, em que se destaca que um grupo de trabalho estabelecerá as normas jurídicas necessárias para a revogação da resolução “zero treze”³³. No entanto, até a hora em que escrevo, nenhuma proposta foi concluída; quando contatada, “a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança do Estado confirmou que a resolução 013, na ausência de outra regulamentação, continua vigorando”³⁴ e, embora o tema seja objeto de disputa, todo o aparato normativo aqui analisado continua em vigor (e é mobilizado no caso, por nós aqui analisado, da favela Horizonte).

E é tal aparato que ampara (e informa) as performances, em reuniões como a que destacamos, dos capitães de UPPs nos lugares em que se colocam nas dinâmicas políticas locais. Assim, sentem-se à vontade para permitir ou suspender e cancelar quaisquer eventos ou reuniões (em espaços públicos ou privados) nas favelas que estejam no perímetro de atuação de suas respectivas unidades, determinando os horários possíveis, as músicas que podem ser ouvidas e os dias em que as pessoas podem reunir-se publicamente – tudo isso por meio de um procedimento que embaralha o legal e o ilegal (TELLES, 2010) e concede à força policial ampla margem de liberdade para agir por meio de julgamentos e avaliações particulares fortemente influenciados pelos “preconceitos associados à estigmatização das favelas e de seus moradores” (LEITE, 2012; p.380). O capitão Reginaldo, por exemplo, pressupondo o desconhecimento do público acerca do texto legal, vincula a resolução “zero treze” à proibição do funk: “Eu gosto de funk, mas tem a lei”³⁵. Noutro

³² Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/cabral-anuncia-fim-de-resolucao-que-impedia-baile-funk-em-favelas-do-rio.html>; <http://sospoliciais militares.blogspot.com.br/2013/08/cabral-suspende-resolucao-que-permitia.html>; <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&langref=PT&cod=77095>. Acesso em 01 de junho de 2014.

³³ Cf. <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1715979>. Acesso em 01 de junho de 2014.

³⁴ A informação encontra-se em <http://www.vivafavela.com.br/reportagem/funk-aguarda-legisla%C3%A7%C3%A3o-sobre-bailes>. Acesso em 01 de junho de 2014.

³⁵ Discutindo a experiência da UPP Borel, Carvalho (2013; p.301) cita parte da entrevista que seu capitão lhe concedeu, o que mostra que lá também o funk é objeto de tratamento diferenciado. Na entrevista, o capitão afirma que “as festas podem ser realizadas mediante um ofício. O que está mesmo proibido é o funk”.

momento, o capitão, mesmo sabendo-se ao largo da lei, arremata que o que o preocupa (no que tange ao gênero musical praticado nos eventos) é “o que não está tipificado no código penal e que a gente não pode permitir”. E dado o enorme leque de requisitos a serem preenchidos para que o evento ocorra “dentro da lei” (lembrando sempre que ela mesma prevê que as autoridades competentes podem suprimir exigências elencadas ou adicionar novas), algo que incorre em flagrante desproporcionalidade que vai contra os objetivos legais (cf. MONCAU, 2011; p.11), todos sabem, inclusive o capitão, que “tem que rever porque se você leva à risca, não tem evento nenhum”; e ciente de que a estrutura normativa ali acionada lhe delega amplos poderes no que concerne à temática ali discutida, o capitão afirma, não sem contradição: “não sou um ditador. Podemos conversar sobre alternativas, mas dentro da lei”; ora, se a lei está tão claramente a favor do seu arbítrio, quaisquer “alternativas dentro da lei” reforçam o seu lugar (assimétrico) de poder. Com a norma legal tal qual, o capitão “lava as suas mãos”, dizendo-se obrigado a segui-la, já que em caso de algum incidente é ele “quem responde”, mas não tão à risca para não “impedir o divertimento da comunidade”, fazendo, pois, uma espécie de sacrifício pessoal (tendo inclusive levado, junto com seus colegas, ao Secretário de Segurança o “pedido de revogação da lei”) para o bem de todos³⁶: “tô cobrando o mínimo, pode baixar a lei no Google... Fora isso, eu não vou autorizar nenhum tipo de evento.” Reforçando ainda mais aquele seu lugar de poder, o capitão coloca a Associação de Moradores como instância hierárquica inferior à UPP para fins de encaminhamento de pedidos de autorização de eventos e, nesse movimento singular de agir simultaneamente em nome e ao arrepio da lei, atua como mediador político-administrativo na medida em que se coloca como ator disposto a fazer “o meio de campo” com o Corpo de Bombeiros para fins de autorização, por parte deste, dos eventos a serem realizados – mas, caso o comandante dos bombeiros seja “intransigente”, ele, o capitão, irá “autorizar assim mesmo”³⁷.

³⁶ Numa outra reunião para discutir especificamente “a questão dos eventos”, um sargento afirma que a UPP continuaria “deixando os eventos ocorrerem”, mas que isso “não é fraqueza! A gente não quer que vocês não tenham nada pra fazer na comunidade” (voltaremos a essa reunião na sequência).

³⁷ Machado da Silva (2010) já apontava para o risco de *policialização* da atividade político-administrativa nas áreas de favela com UPPs, seja no que concerne à intensa regulação do cotidiano e do espaço público que a própria ocupação militar permanente propicia seja no que se refere à posição da polícia como mediadora entre favelados (lideranças e moradores) e representantes do poder público e de iniciativas do terceiro setor e de empresas privadas. Quanto a isso, ver também Fabeni *et al.* (2013).

Por fim, a despeito de o discurso público e oficial acerca do significado das UPPs enfatizar que seu objetivo essencial não é o de atacar o comércio do varejo de drogas ilícitas, mas erradicar o controle territorial armado por parte de facções criminosas³⁸, o capitão posiciona-se ostensiva e aguerridamente no que concerne àquele comércio: “não vou autorizar eventos para venda de entorpecentes!” Ou: “vou botar gente infiltrada nas festas, filmando. Eu já fiz dois cursos de inteligência e já coordenei serviços de inteligência da P.M.”

Numa terça-feira do início de dezembro de 2013, ao chegar à favela Horizonte para participar de evento de inauguração de uma horta na creche municipal sediada dentro dos seus limites, tomo conhecimento de um “estresse” (nas palavras de Tamara) ocorrido no sábado, mas que estava mobilizando fortemente meus interlocutores ainda naquela manhã. Descubro que, no fim da tarde de sábado, Joca³⁹ e Edmilson⁴⁰ dirigiram-se à sede da UPP a fim de, numa conversa diretamente com o capitão, solicitar a extensão do horário de término do evento que ocorreria na noite/madrugada daquele dia – o evento organizado por Joca contava com a participação de um grupo de pagode amplamente conhecido na cidade. Joca chama Edmilson, seu amigo, para ir com ele fazer a solicitação ao capitão. A ida de Edmilson não foi aleatória, do ponto de vista de Joca; gozando de algum prestígio na cena política local (como veremos), ele confere maior credibilidade à interlocução que seria realizada. É ele que me conta que, pelo fato de uma festa (ocorrida em meados de novembro) de um dos bondes locais (o Bonde X) ter passado do horário estabelecido na reunião de apresentação do comandante (acabando pouco depois das 05h), o capitão, em contrapartida, adiantou o horário de término das 04h para as 03h, o que deixou Joca em

³⁸ Essa concepção está implícita na própria proposta das UPPs e pode ser apreendida, inclusive, em falas públicas do atual dirigente da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), José Mariano Beltrame: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão (...). O que queremos é quebrar o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (Entrevista dada ao *The Guardian* em 12 de abril de 2010).

³⁹ Joca é um jovem (morador) de cerca de 25 anos que, trabalhando fora da favela (num emprego em que é uma espécie de auxiliar de escritório), é um dos que organiza, na Quadra do Largo, eventos festivos. Ele o faz, no entanto, de maneira mais “independente”, sem participar diretamente de nenhum dos bondes organizados na favela voltados para a promoção de festas e eventos.

⁴⁰ Edmilson, como ainda veremos, é uma figura relevante no cenário político local. Trabalha em uma série de projetos desenvolvidos na favela (em reuniões públicas, por exemplo, diz participar de “90% das iniciativas da comunidade” e que é uma “liderança comunitária”) e, como ficará claro, circula por diversos espaços e grupos dali.

maus lençóis, posto que havia agendado um evento mais ousado, com uma famosa banda de pagode. Daí ele ter ido com Joca ao encontro do capitão, na esperança de uma flexibilização do horário. Acontece que, a caminho da UPP, Santos (um dos integrantes do Clube dos Homens) se aproxima dos dois, dizendo que faz questão de os acompanhar. Já na sede da UPP, diante da recusa do capitão, Santos “se exalta”, “desacatando-o” ao chamá-lo de “inflexível”. Alcoolizado (“não sabe beber, bebe leite!”, me disse Tamara), Santos entrou num bate-boca com o capitão e este, em face do ocorrido, cancelou os eventos posteriores. Permitiu que o daquele dia fosse realizado, mas cancelou os outros já agendados para datas posteriores. No dia seguinte, sei pela Tamara que o capitão marcou uma reunião com as lideranças para discutir o ocorrido no fim de semana. No fim da tarde de 12 de dezembro de 2013, quando estou indo embora depois de passar o dia na favela Horizonte, ao me despedir de Edmílson e falar que o veria no dia seguinte, no “Café Comunitário”, ele me diz que “não é Café Comunitário... é uma reunião a pedido do capitão com as lideranças...”

Mesmo não sendo “liderança”, lá estava eu no dia combinado, uma sexta-feira, às 09h. A reunião ocorre na mesma sala daquela que já observamos (obedecendo à mesma disposição das cadeiras e da mesa de café), e Tamara faz a fala de abertura; nesse início, os presentes formam um grupo de 13 (treze) pessoas. Ela agradece a presença de todos, diz que outras duas lideranças não puderam estar presentes e que a reunião estava ocorrendo “a pedido do capitão”. Este faz a fala subsequente, destacando que aquela reunião tinha por objetivo resgatar “o que ficou pendente da última reunião e resolver, para iniciar 2014 bem”. Tamara diz que “não é puxando o saco, não”, mas “do ponto de vista da Associação, depois que mudou a gestão da UPP, deu uma melhorada boa”. Ela falou que essa melhora se vê “na forma da abordagem, na postura”. E que “só tenho a elogiar”. O assunto principal da reunião não é logo tratado diretamente, o que, sem dúvida, revela uma dificuldade das pessoas em lidar com a situação sentida como algo “embaraçosa” (MARTINS, 2008). Edmílson “resolve” a questão ao dizer que quer “mudar de alhos pra bugalhos” e que “queria falar sobre o último evento”. Diz ele que “infelizmente houve um ruído de comunicação”, em que “uma pessoa que não participa das reuniões usou um argumento que não devia ter sido usado, que não tinha nada a ver”. Diz que essa pessoa, quando foi à sede da UPP junto com e Joca, “não especificou o que falaria”. Edmílson, fazendo assim um *mea culpa*, exortou: “vamos selecionar melhor as pessoas que tem que ir lá!”. Edmílson lamenta que tudo isso seja “muito

chato, muito triste”, que ele já foi, inclusive, falar com o capitão no contêiner antes dessa reunião, mas aproveita pra reforçar esse ponto em público. O capitão, na sequência, diz que “essa reunião surgiu para tratar desse assunto” e deu o exemplo dele com “os policias dele”; que se ele leva os policiais com ele e estes fazem algo de errado, ele se responsabiliza. Diz que “precisamos protocolar isso para não acontecer mais... Pra gente não regredir”. E reforça o “protocolo”: os pedidos de “nada opor” para realização de eventos têm de ser feitos única e exclusivamente via Associação de Moradores. E diz que, na ausência da Associação, esta tem de indicar duas pessoas para substituí-la (que terão o poder e a autorização de dialogar com a UPP sobre a “questão dos eventos”). Tamara diz que tem um nome já, que é o Edmilson, e que a outra pessoa não está ali, mas que ela já tem um nome, confirmando com a pessoa, ela fala com o capitão⁴¹. Momentos depois, após o capitão ressaltar que “a gente teve também um problema de som alto” e que “outras comunidades querem fazer eventos e não podem” (de modo que os moradores dali têm é que agradecer, que ele se propõe a, por conta própria, flexibilizar a legislação e permitir a realização dos eventos), ouvimos ele afirmar enfaticamente que “os eventos ocorrem porque *eu deixo*. E o verbo é esse: deixar!” Ele afirma que deixa, já que existe a resolução “zero treze” e que, embora haja um movimento para flexibilizá-la, ainda está em vigor: “e se eu deixo, eu decido a hora que termina”. Diz que já é o segundo problema que ocorre e que, “no terceiro, eu vou cortar todos os eventos, porque só ocorrem porque eu deixo”. Ele afirma, relativamente ao caso que originou a reunião, que “a pessoa” que foi à sede da UPP e agiu da maneira exposta por Edmilson “estava alcoolizada e quiçá de outras drogas afins”. E arremata: “não achincalhem a minha corporação! Porque eu amo a minha corporação! É uma instituição pública. Se estiver alcoolizado, não venha falar!” Ele disse que “quase teve que prender a pessoa por desacato”. Explicando o passo a passo dos acontecimentos que levaram ao problema, o capitão diz que “foram tentar estender o horário” e ele não podia fazê-lo por causa da comunicação à CPP. Diz que, indo o ofício informando à CPP o tipo e os dados do evento (que inclui horário de encerramento) “não tem volta... porque eu quero deixar claro que eu estou deixando!”

O capitão ainda fala mais um pouco, agora sobre assuntos outros que não o da “organização de eventos”, e os presentes seguem esse fluxo. A certa altura,

⁴¹ A pessoa que posteriormente ela indica é o seu filho, Tales.

Denis, ex-marido de Tamara (com quem tem o filho Tales), comerciante autônomo (trabalhando fora dos limites geográficos da favela), antigo morador da favela e figura presente em algumas reuniões públicas (sendo acessado pelo projeto de Reciclagem acima destacado como “parceiro” e colaborador importante), pede a palavra por ter “um conselho para dar aos garotos dos bondes que estão aqui”. A fim de reivindicar legitimidade à sua fala, diz que já trabalhou no exército, nas forças armadas, foi segurança em vários lugares e que participou de muitos bailes; afirma que tem “experiência no assunto”. Diz, então, que uma boa estratégia para conseguir acabar com os eventos no horário combinado e manter os “ânimos acalmados” é a de, durante o evento, os organizadores fazerem falas sobre o horário de término e solicitar a compreensão dos presentes, exortando-os a se “comportarem bem” para que outros eventos possam “ocorrer legal” etc. “Quem organiza tem que fazer estes informes”, segundo ele. Essa fala de Denis, que “aconselha” acerca de uma estratégia de disciplinarização dos presentes, faz o assunto dos eventos retornar com toda força. O sargento da UPP presente, que passou a reunião de pé ao lado do capitão, o qual permaneceu sentado todo o tempo, se manifesta dizendo que “eu quero tocar num ponto que o capitão esqueceu. Deu problema com o Joca porque ele foi pedir para estender o horário. E para estender um horário previamente acordado em reunião”⁴²; aqui, o sargento referia-se a uma reunião ocorrida entre ele (representando a UPP) e o Joca – não aquela acima analisada. No que o sargento fala no nome do Joca, este aparece na sala e se junta aos presentes. O capitão, nesse momento, completa afirmando que “e eu nem vou entrar no mérito de que o espaço da quadra é público e que não pode cobrar ingresso... eu espero que isto não esteja acontecendo”. Todos ficam meio atônitos, se olham... quase todos os eventos que ocorrem na Quadra contam com cobrança de ingresso.

⁴² Esse sargento, que chamaremos de Robson, na reunião do dia 19/09, em que ele não compareceu, foi chamado por alguns presentes (inclusive pela presidente Tamara e pelo capitão Reginaldo) de “sargento Fofote”. A brincadeira indicava que ele era uma pessoa “doce” e “fofa”, o que colava não apenas com sua imagem física de pessoa acima de peso e de estatura mediana, mas também com características de personalidade mais relacionadas à dimensão do diálogo, da interlocução, da cordialidade e da condescendência. Talvez por saber disso, o sargento Robson fez um movimento de distanciamento através da tentativa de transparecer aos presentes, por meio de diversas formas de expressão, que era uma pessoa de autoridade e, portanto, com poder. Sua atitude foi claramente a de alguém preocupado em manter-se à altura da dignidade que projetava para si mesmo, esforçando-se em fixar uma imagem de autoridade que precisa (por definição) do respaldo dos “outros” da interação (cf. GASTALDO, 2008).

Ao dizer isso, o capitão toca num ponto fundamental de toda a estruturação da já frágil e delicada (do ponto de vista das inter-relações de poder tecidas ao seu redor, tendo em vista sua viabilização) “questão dos eventos”. Anna⁴³ diz: “Mas, é um espaço público abandonado...” Robson arremata: “o problema aqui é que, quando der um problema, eles vão alegar isso [que se cobrou ingresso num espaço público]...”. E o capitão aproveita para lembrar: “eu estou deixando!”. Joca, Denis e outro rapaz fazem falas no sentido de justificar a cobrança de ingresso por conta da necessidade de manutenção do espaço. O capitão diz que “eu estou deixando. Eu chamei a reunião para não ter que acabar com os eventos. Mas, vocês estão me conduzindo a isso”. Todavia, o capitão não fez essa intervenção em resposta ao fato da necessidade incontornável, na fala dos presentes, da cobrança de ingresso; seu intento era o de reforçar uma vez mais que estava “deixando” os eventos ocorrerem apesar dos “vacilos” que os produtores estavam cometendo: “(...) vai cobrar, mas não quero ter problema. O problema não é esse. É o som, é tentar resolver questões de evento sem passar pela Associação. É o horário... Não tá legal!”

Numa relação extremamente paternal (cf. CANO *et al.*, 2011; p.156-7 e 181), o capitão figura como alguém que tem o poder de impor sanções com vistas à disciplinarização de *alguns* para o bem de *todos*. Num movimento de fazer dos próprios moradores (lideranças e produtores) os vigilantes da norma por ele estipulada (quanto a horários, estilo musical etc.) – o que foi sugerido pelo próprio Denis –, muitas falas são feitas no sentido de fundamentar que (nas palavras de Tamara) “se tem problema de horário num evento, isso prejudica o outro”; quer dizer, os próprios produtores precisam se fiscalizar uns aos outros no que tange ao respeito aos horários e ao protocolo de liberação, por parte da UPP, dos eventos, porque “se

⁴³ De origem nordestina, Anna mora na favela desde meados da década de 1980, se constituindo, desde então, como “liderança local”. Já foi vice-presidente da associação de moradores por dois mandatos e tem uma vigorosa atuação política local, dialogando com instituições do poder público que atendem à favela, ONGs e empresas privadas (num típico trabalho de mediação política com instituições e atores supralocais). Desde fins daquela década, é coordenadora de um grupo voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde (o Grupo Prev.); Anna tem cerca de 40 anos e atua hoje em dia primordialmente na coordenação de um projeto de reciclagem (pelo qual recebe um ordenado) financiado por uma multinacional do ramo alimentício e alocado institucionalmente sob o guarda-chuva de uma ONG parceira do Grupo Prev. desde seus inícios e voltada também para a área da saúde.

dá problema com um, todos os outros ficam prejudicados”. Assim é que, num cálculo racional (operado numa situação de evidente desigualdade de forças) que tem por efeito a obediência à (e não o questionamento da) regra formulada pela UPP (na figura do seu capitão) no que concerne à regulação do uso do espaço público, os moradores atuam como sujeitos do seu próprio controle. A força policial adota, pois, a estratégia de terceirizar para os próprios indivíduos aos quais suas normas são aplicadas o serviço de fiscalização do seu cumprimento – tudo sob o pano de fundo da possibilidade de punição, mas também de promoção e favorecimento por “bom comportamento”⁴⁴. Como efeito desse estado de coisas, como não poderia deixar de ser, a UPP (de acordo com o relatado a mim por Edmilson e Tamara⁴⁵) dispensa tratamentos diferenciados de acordo com a pessoa ou bonde que venha a fazer o pedido de autorização para a utilização do espaço da quadra – numa perfeita “gestão diferencial das ilegalidades” (FOUCAULT, 2007; p.227)⁴⁶. No mesmo movimento de ação arbitrária (porque amplamente à margem de regulação formal) que recorre a padrões morais e preconceitos relacionados ao modo de ser *favelado* (LEITE, 2012), o capitão lembra a todos que liberou os eventos, “mas, agora, vinte e quatro e vinte e cinco [de dezembro] é sem evento... Nesses dias, é com a família!” Todos concordam, anuindo com a cabeça. E Tamara, endossando a fala anterior de Denis, ao mesmo tempo em que “pede” ao capitão que permita a extensão do horário de término dos eventos, chama a atenção pra si: “eu queria falar agora... É que há uma tradição de se arrumar para o baile à meia-noite, uma hora... Agora, a Associação tá com vocês e tá querendo ajudar...” Denis interrompe: “tem que reeducar!” Tamara continua, tomando como interlocutor, agora, também o capitão: “então, eu queria ver, capitão... se pode voltar para o horário das quatro horas, mas desde que cumpra!” Depois de várias conversas paralelas sobre o tema, Robson assume a fala e diz que

⁴⁴ Discriminando as características básicas da disciplina (ou do poder disciplinar), Machado (1979: XVIII) nos ensina que, em Foucault, este tipo específico de poder tem na vigilância um dos seus principais instrumentos de controle, atuando como um “olhar invisível (...) que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha”. Ainda que em outro contexto, a citação não podia ilustrar melhor a situação por nós aqui debatida.

⁴⁵ Numa conversa, a que faço referência mais adiante, entre nós entabulada no início de janeiro de 2014, eles afirmaram que o Bonde X, por exemplo, por ter feito uma festa que ultrapassou o horário estipulado pela UPP, não teria mais seus pedidos de autorização aceitos pelo capitão.

⁴⁶ Retomaremos este ponto ao final.

“sobre o horário, vocês não podem confundir a maleabilidade da gente com fraqueza. Eu vou até caguetar aqui o capitão, que ele olhou aqui pra mim e deixou para eu decidir essa questão do horário. O horário é até as quatro horas... Mas, prestem atenção: isso não é fraqueza! A gente não quer que vocês não tenham nada pra fazer na comunidade. Outras comunidades não têm, vocês têm, têm que valorizar. No primeiro problema, a comunidade vai ficar sem evento. A responsabilidade de fiscalizar é também de vocês.” Robson fala que os produtores precisam “entrar em contato entre vocês para sanar problemas porque, dando problema para um, os outros também pagam”. Segundo ele, todos podem se ajudar com equipamentos etc. A incitação à corresponsabilização e ajuda mútua é feita sob o pano de fundo explícito da ameaça e, assim, estabelece-se um (frágil e assimétrico) “combinado” acerca de um tema que mobiliza corações e mentes na favela, numa reatualização do *controle negociado* conceituado por Machado da Silva (2002).

O lugar do tráfico

Desde fins de 2008 (quando foi inaugurada a primeira UPP do Estado), várias notícias vieram a público, tanto informando sobre confrontos armados entre policiais e traficantes de drogas quanto denunciando casos de violência policial contra os moradores das favelas “pacificadas” ou, inversamente, ataques dos traficantes contra os policiais lotados nas UPPs⁴⁷. Mas, será apenas no confronto armado que se processa a disputa entre força policial e os integrantes do comércio local de drogas ilícitas? Ou a influência do agente principal da “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008, 2004a, 2004b) se faz sentir de maneira menos esporádica e mais permanente, constante?

Na segunda metade de setembro de 2013, fiquei sabendo, meio por

⁴⁷ Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,dois-comandantes-de-upps-do-rio-ficam-feridos-durante-confronto-na-rocinha,1131033,0.htm>; <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policiais-da-upp-do-sao-carlos-ficam-encurralados-durante-confronto-com-bandidos-10939621.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/tirocio-no-pavao-pavozinho-zona-sul-do-rio-assusta-moradores.html>; <http://oglobo.globo.com/rio/trafico-retoma-pela-primeira-vez-area-em-favela-com-upp-em-comunidade-de-copacabana-10738725>; <http://oglobo.globo.com/rio/grupo-ligado-ao-trafico-ataca-pms-para-desestabilizar-upp-na-rocinha-11853913>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/11/pm-e-baleado-em-troca-de-tiros-em-upp-do-morro-da-coroa-no-rio.html>; <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-da-upp-da-cidade-de-deus-sao-atacados-pedradas-11009358>. Acessos em 01 de junho de 2014.

acaso, na sala da Associação de Moradores, quando já estava indo embora da favela Horizonte depois de passar quase um dia inteiro por lá, que naquele dia, às 19h30, ocorreria uma reunião. Quando pergunto a Tamara do que se trata, ela diz que era uma reunião marcada pelo “dito cujo” (metáfora para referir-se a um dos chefes do tráfico de drogas local); diz que se trata de uma reunião do “coletivo de eventos” marcada em função das regras colocadas pela UPP, na quinta-feira anterior (por ocasião do “Café Comunitário”, como já vimos), para utilização da Quadra do Largo (mas, não apenas desse espaço em particular, por óbvio) para fins de realização de eventos. No dia seguinte de manhã, ao chegar à sala da Associação de Moradores, me deparo com Tamara e Jéssica (agente do programa Sesi Cidadania que, por vezes, auxilia Tamara no manejo de algumas ferramentas computacionais) elaborando, num programa de computador, um calendário (com os meses restantes de 2013 e todos os de 2014) para reserva (antecipada) da Quadra do Largo para fins de realização de eventos, festas de aniversário e afins, campeonatos de futebol, aulas de capoeira etc. Ao longo do dia, Tamara conta que, para além do encaminhamento de construção de um calendário, discutiu-se sobre a responsabilidade dos produtores de preservar e conservar a Quadra (ajudando em pequenas obras de manutenção e melhoramento do espaço), destinando para isso parte dos recursos financeiros angariados com a realização dos eventos. Tamara não me fala em valores e, em fins de dezembro de 2013, numa conversa com Edmílson e Anna ocorrida numa “festa de natal”, organizada por uma parceria entre o Grupo Prev., a Associação de Moradores e a UPP, fico sabendo que um dos encaminhamentos daquela reunião foi o de que não apenas os produtores deveriam colaborar financeiramente com a manutenção da quadra, mas também alguns comerciantes do entorno da Quadra, que (supostamente) seriam altamente beneficiados com o grande movimento em “dias de eventos”. Edmílson me diz ainda que esses comerciantes (que são, na verdade, apenas dois bares que se situam cada qual em uma entrada da quadra, localizando-se, portanto, nas retas mais curtas de um retângulo imaginário que podemos acessar para ter ideia do formato real da Quadra do Largo) deveriam pagar R\$100,00 em dias de evento “sem atração” e R\$200,00 em dias de evento “com atração”.⁴⁸

⁴⁸ O termo “atração” refere-se a alguma banda ou grupo musical (geralmente de pagode) de variado sucesso regional ou nacional que é contratada por atores locais (individuais ou coletivos) para se apresentar na favela.

No início de janeiro de 2014, quando vou à favela conversar com Tamara sobre a mudança repentina no comando da UPP local⁴⁹, depois de tão pouco tempo de atuação do capitão Reginaldo, descubro outros episódios desse enredo. Logo no início da nossa conversa, na sala da Associação de Moradores, Edmilson chega e, após nos cumprimentarmos, a presidente logo diz que “foi bom você ter aparecido que eu queria falar com você mesmo!” Ela o indaga acerca de uma quantia de dinheiro que seria destinada à manutenção da Quadra. Fico sabendo, então, que um famoso bloco de carnaval da cidade (que chamaremos, aqui, apenas de “Bloco”) entrou em contato com Anna e Edmilson com o intuito de alugar a Quadra do Largo para seus ensaios no período pré-carnaval. Para a reserva da Quadra nas quatro segundas-feiras (das 18h às 22h) em que lá ensaiou⁵⁰, o Bloco desembolsou o valor de R\$2.000,00. A preocupação de Tamara referia-se ao destino que seria dado ao dinheiro, que, para ela, deveria ser investido na reforma dos banheiros do espaço da Quadra. Edmilson reforça a validade dessa sugestão e garante que o dinheiro será aplicado nesse sentido. Nessa interação, fico sabendo que, em meados de dezembro, houve uma outra reunião também organizada a mando do chefe do tráfico de drogas local (a quem Edmilson se refere usualmente pela alcunha de “bigode grosso”⁵¹) para rediscutir a temática da “organização de eventos”. O assunto central, nas falas de Edmilson e Tamara, dizia respeito à contribuição financeira que os produtores (e comerciantes) deveriam destinar para a manutenção da Quadra. Fico sabendo que essa determinação, que desde a reunião de setembro (organizada a mando do tráfico local) estava colocada, vinha sendo sistematicamente transgredida. Segundo Edmilson, os produtores estavam recebendo os valores monetários dos comerciantes do entorno da Quadra e destinando-os para a manutenção desta como se fossem deles próprios. Nessa reunião de meados de dezembro, então, ocorrida a mando do “bigode grosso” para, uma vez mais, reforçar a

⁴⁹ No dia 13 de janeiro, recebo um e-mail de Tamara (em resposta a outro meu) que, dentre outros assuntos, menciona que “já mudou o capitão da Upp, ele chega hoje”.

⁵⁰ Os ensaios ocorreram na última semana de janeiro e nas três primeiras semanas de fevereiro.

⁵¹ O termo é uma referência direta à recente produção musical de MC Marcelly, intitulada exatamente “Bigode Grosso”; na música, o termo “bigode grosso” é uma metáfora para designar um homem que se distingue pela maturidade, pelo poder financeiro e pela sabedoria (derivada da experiência de vida). Na sua primeira estrofe, a MC canta: “Tu tá maluco? respeita o moço / Patente aula, dá aula, bigode grosso...”.

necessidade da contribuição financeira, determinou-se que, além dos bares e dos produtores, também “a moça do cachorro-quente” deveria destinar, para aquela manutenção, o valor de R\$50,00. Em nossa conversa, Edmílson e Tamara explicam que, desde essa reunião, para todo e qualquer evento (para o “aluguel” da Quadra, pois), os produtores deverão desembolsar o valor de R\$200,00, ao passo que os (dois) bares do entorno obrigam-se a contribuir com a quantia de R\$100,00. Nessa conversa, fico sabendo que Edmílson foi designado, nessa mesma reunião, como responsável pela gestão financeira do espaço da Quadra, tendo a atribuição, portanto, de receber aqueles valores e lhes dar o devido destino para fins de manutenção do espaço. Edmílson passa a ter, pois, um lugar de relativo poder e visibilidade na (frágil e tensa) arquitetura de relações a envolver a dinâmica da organização de eventos naquele espaço, o que, aliás, vem se somar ao seu papel de substituto da Associação de Moradores na interlocução com a UPP no que concerne à temática específica dessa organização (como já pudemos ver) e de “gerenciador da Quadra” (o termo é dele), como veremos. Imbuído dessa sua (dupla) função, assumida, de acordo com ele próprio, um pouco a contragosto, Edmílson (nessa mesma conversa de início de janeiro de 2014), numa atitude mais de prudência que de autoridade diante da resistência que estava havendo por parte tanto dos produtores quanto dos comerciantes em pagar o valor imposto pelo chefe do tráfico de drogas da parte inferior da favela, afirma taxativamente que “agora, acabou o jeitinho! As pessoas têm que entender isso!”

O “jeitinho” já se tornou, no Brasil, mais que categoria do senso comum – virou conceito sociológico (DAMATTA, 1997)⁵² –, tendo como corolário

⁵² A própria noção de sociabilidade violenta é um caso em que senso comum e conhecimento sociológico estreitam laços. Embora a expressão em si (“sociabilidade violenta”) não esteja tão difundida no tecido social como a ideia do “jeitinho” (que talvez tenha tido sua melhor caracterização sociológica em conexão com o rito oral do “você sabe com quem está falando?” – [DAMATTA, 1997]), Machado da Silva a constrói conferindo relevância quase científica à representação da violência urbana enraizada no senso comum (cf. MACHADO DA SILVA, 2008; p.35-6), mas salientando que se trata de fazer a sua crítica racional e sociológica. Em todo caso, “jeitinho” e “sociabilidade violenta” (ou “violência urbana”, cuja representação “reconhece um padrão específico de sociabilidade, que proponho chamar de sociabilidade violenta” – idem, ibidem: 41) figuram com igual vigor e enraizamento tanto no imaginário do senso comum quanto no conhecimento sociológico especializado, o que aponta para a tese bourdieusiana de que a sociologia (enquanto ciência) constrói (ou conquista) suas proposições *contra* o senso comum (cf. BOURDIEU, 2010; VANDENBERGUE, 2011; RODRIGUES, 2011), isto é, utiliza-se dos termos correntes, mas os submete à crítica e à análise especificamente sociológicas, precisando seus conteúdos a ponto de torná-los, o mais possível, inequívocos.

o adágio: “aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei!”. Grosso modo, essa noção e seu corolário designam a prática, supostamente distintiva, de algo como o “modo de ser do brasileiro”, de burlar a normal legal/formal ou aplicá-la seletivamente tendo por objetivo o favorecimento pessoal, o que fere de morte a pretensão universalista e republicana inscrita na própria formulação do aparato jurídico que (formalmente) rege as relações entre os cidadãos. Em DaMatta, o embate entre esses dois códigos de conduta constitui o verdadeiro e profundo dilema sociológico brasileiro. O interessante, aqui, é que a fala de Edmílson, motivada pelo medo da retaliação (por parte também da UPP, mas, principalmente, do tráfico local), assume que a norma geral com força de lei (que tem de ser respeitada enquanto tal) remete não à legislação formal, mas consiste precisamente dos “acordos” (assimetricamente) estabelecidos por duas forças armadas (a UPP e o tráfico de drogas), que convivem no mesmo território e disputam, ali, poder político – o que significa, nesse contexto, o poder de determinar regras de uso do espaço público.

Numa entrevista (de mais de 4 horas de duração) que pude realizar (no início de fevereiro de 2014) com Edmílson, outros aspectos interessantes da nossa temática vêm à tona. Diferentemente do que eu imaginava, Edmílson diz que não foi alçado ao lugar de “gerenciador da Quadra” com o fim específico de gerir a quantia financeira dos envolvidos mais diretamente na organização e realização de eventos. Na sua narrativa, essa sua função aparece interligada ao trabalho (que diz desenvolver) junto à presidente da Associação de Moradores (como uma pessoa próxima, por assim dizer)⁵³. Quando eu o indago sobre o fato de ser “gerente da Quadra”, ele diz que “é... eu acabei assumindo um pouco disso, entendeu? Não deixa de ser uma contribuição pra Associação”. Quando eu pergunto qual foi o processo para ele entrar nesse lugar, Edmílson explica que desde 2011 faz parte de um grupo de homens de idade entre 20 e 35 anos (mais ou menos) que todo domingo de manhã se reúne pra jogar bola na Quadra e que, em face da insatisfação com algumas precariedades do lugar, resolveu se articular com a

⁵³ Este é um assunto que extrapola um pouco os limites deste trabalho, mas Edmílson explica pormenorizadamente o quanto Tamara por vezes recorre a ele para pedir sua opinião sobre determinado assunto (tendo inclusive já o chamado para “trabalhar com ela” na associação) e o quanto ele procura “dar toques” a ela sobre precauções e cautelas que devem permear sua conduta, a fim de prevenir possíveis conflitos e embates com o tráfico de drogas local.

Associação para administrar o espaço através da realização de benfeitorias⁵⁴. Ele e mais dois ou três, então, “porque não é o grupo todo que mete a mão na massa pra fazer”, resolveram mais diretamente botar essa ideia pra frente, o que envolvia tratar do assunto, em primeiro lugar, com a Associação de Moradores: “aí eu vim e falei com a Tamara, ba ba ba, aí eu não sei num primeiro momento o que ela achou, acho que ela achou que eu tava de certa forma pulando ela, neste sentido...” Ele diz que o intuito era o de “administrar aquilo [a Quadra], começar a botar um pouco de rédea naquilo, tava muito solto... E, assim, a Associação não tem perna pra olhar tudo também...” Após um momento de hesitação por parte de Tamara, então, Edmílson, protagonizando esse movimento do “Grupo de Domingo” (“esse grupo não tem nome, a gente só chama de ‘grupo de domingo’, a gente tá há três anos, a gente não conseguiu definir o nome pro nosso grupo...”), assume esse cargo, essa “pasta”: “eu já articulava com a Tamara, mas de assumir uma pasta, porque basicamente eu assumi uma pasta... Basicamente eu assumi uma pasta, dentro disso.” Edmílson me esclarece que não estava presente na reunião do dia 24/09/13, em que o “bigode grosso” determinou a contribuição financeira dos produtores, mas que, na ocorrência em meados de dezembro, também a mando do tráfico, esteve sim presente, quando foi designado (por já ocupar o lugar de “gerenciador” através da sua atuação no Grupo de Domingo) para receber os valores de que falamos. Quando pergunto sobre a “influência do tráfico, do bigode grosso” nessa “questão dos eventos”, tem lugar a seguinte interação entre nós:

Edmílson: Porque tem uma questão de... do uso da Quadra e da história que eu te falei de fazer a Quadra se tornar um espaço melhor. Não tem recurso de lugar nenhum, tem um monte de grupo aqui dentro da comunidade que fazem evento, então o que que foi o proposto [pelo tráfico]? “Olha, vocês fazem o evento e vocês ajudem, deixem uma parte pra quem tá tomando conta da Quadra, não vai pra mão de ninguém...”

Eu: Que é você, no caso...

⁵⁴ Não o indaguei diretamente nesse sentido, mas acredito que não seja por acaso que esse movimento do grupo tentar assumir pra si o papel de administrador da Quadra seja algo que tenha se dado independentemente da “entrada da UPP”. As datas batem (a UPP foi inaugurada no primeiro semestre de 2011) e tudo indica que, sem a Unidade de Polícia, o tráfico de drogas local impunha de maneira mais direta, ampla e inconteste o que poderia e o que não poderia ser feito naquele espaço.

Edmílson: Sou eu, geralmente vai pra minha mão, que até hoje não veio nada!

Edmílson legitima a ideia de que os produtores precisam contribuir para a manutenção do espaço da Quadra (o que condiz com seu lugar de seu “gerenciador”), mas se esforça para destacar (e se convencer de) que a posição dele nesse esquema de cobranças e pagamentos é totalmente neutra, porque esse é um “combinado” forjado numa reunião da qual ele não participou e que absolutamente não é sua obrigação cobrar dos produtores as quantias “acordadas”. Mas, como ele próprio reconhece, sua situação é “delicada”, porque ele não deixa de ser cobrado pelo “bigode grosso” acerca daquela contribuição que, como ele nos esclarece, não vem acontecendo (mesmo depois da segunda reunião ocorrida por determinação do tráfico local).

Edmílson: Na segunda [reunião ocorrida a mando do tráfico], agora, eu tava. Que a gente conversou um pouquinho de valor, dos estresses que deu nas outras e tal. Mas, a primeira [reunião, a do dia 24/09/14], que todo mundo concordou em pagar, ba ba ba, é com o bigode grosso, não é comigo, então, cada um com o seu combinado. Só que é foda, cara. Eu to numa saia justa. Às vezes ele [o “bigode grosso”] me pergunta, “e aí, te entregaram alguma coisa?” Aí eu falo, “não...” Aí esse meu “não” já gera um estresse...

Eu: Posição chata pra você, né?

Edmílson: Nessa reunião eu falei, “cara, eu não tenho que cobrar ninguém, tenho que falar nada com ninguém não. Vocês que têm que chegar e deixar. Vocês têm que aprender a fazer evento com despesa. Isso não é esperar o outro. É despesa, é gasto, é antes de você tirar o lucro; você tem que onerar isso aí na tua planilha de custo”.

Edmílson reclama da falta de organização dos produtores que, ao não honrarem o compromisso de pagar os R\$ 200,00 pelo aluguel da Quadra, acabam deixando ele próprio numa situação extremamente desagradável. Nosso interlocutor tenta se convencer de que sua posição é “neutra”, mas não consegue deixar de se sentir “responsabilizado”, caso alguém se “prejudique”. Mesmo tendo que dizer, quando questionado, que “não recebeu nada” (porque ele também não pode “se prejudicar por causa dos outros”), Edmílson sente-se mal ao fazê-lo – tanto porque esta é uma postura

que pode flertar com a atitude do dedo-duro (do alcaguete), o que coloca ele próprio em risco (material e simbolicamente), quanto porque a informação por ele transmitida pode contribuir para uma possível retaliação violenta por parte dos membros do tráfico local. Para não se sentir “responsável” por algo dessa natureza, convence-se de que o lugar que ocupa é neutro e impessoal.

Edmílson: Mas, não, não... aí tem uns caras que espera vender, aí foi ruim, e fala que foi ruim, “ah, não foi maneiro”, “contigo mesmo, não fui eu que combinei nada, depois se alguém for falar com você, problema é seu e dele, eu não tenho nada a ver com isso”.

Eu: Então, não tá dando muito certo esse combinado de pagar...

Edmílson: Não, porque não tão, não chegaram junto. Mas, até a hora que alguém se prejudicar. Até a hora que alguém ter que ir na UPA⁵⁵, aí vão, vão entender que nariz de porco não é tomada, focinho de porco não é tomada. Então, assim, foi o que eu falei cara, “eu não vou ter responsabilidade sobre isso não. Eu não tenho nada a ver com isso, não combinei nada, vocês que fizeram uma reunião, vocês que combinaram, só falaram que era pra passar o dinheiro pra mim porque sabem que eu sou o cara que tá ajudando a tomar conta da Quadra, agora eu não tive interferência nenhuma nisso, isso é com vocês...”

(...)

Edmílson: É... E aí o clima tá com eles mesmo, eu não quero nem saber, eu já falei: “vocês vão ficar me enrolando, se vier em cima de mim me cobrar qualquer coisa que tenha sido, que era pra ser feito e não foi porque tinha dinheiro, eu vou falar, ‘mas que dinheiro?’” Eu não vou ficar também tomando bola nas costas por causa de ninguém não. Se perguntar: “Deu?” “Não deu!” Do mesmo jeito que eu falo pra ele e não tá comigo, aí, “e cadê? Se deu, tá contigo, cadê o negócio que não aconteceu ali?” Aí eu vou ter que me explicar? ãhn ãhn, cada um segura teu rojão aí, eu não vou me explicar não. Então, se me perguntar, já vou negando, não deu nada.

⁵⁵ As UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) são equipamentos públicos de saúde do Governo do Estado; são construídas retoricamente como inovações da gestão de Sérgio Cabral (2007-2014) e contam com 29 unidades atualmente (cf. <http://www.saude.rj.gov.br/upas-24-horas/20257-enderecos-upas-24h-estaduais.html> e <http://www.sergiocabral.com.br/conquistas/marcas-de-gestao-publica/upa-24-horas/>).

A UPP dispensa, a despeito dos “combinados” publicamente assumidos em reuniões abertas do tipo “Cafê Comunitário”, tratamentos particularizados (num sistema de punição tanto quanto de recompensa) a diferentes pessoas e grupos que a ela recorrem com “pedidos de nada opor”. Nesse sentido, Edmílson afirma que o Grupo B (aquele que tem Tales, filho de Tamara, como um dos membros fundadores) é o grupo “mais beneficiado” (dentre os outros que existem na favela) nesse esquema que tem a UPP como protagonista, mas que “até agora nada...”.

Em diversas conversas que tive com Tales (que ocupa no Grupo B o mesmo lugar de Beto, no Bonde X), ele realmente sempre me disse, a respeito do procedimento burocrático para conseguir a autorização da UPP para as festas do grupo de que faz parte, que “tá muito tranquilo, até porque a gente não toca funk”, que ele apenas tem de passar as informações para sua mãe (Tamara) e não precisa “correr atrás de nenhum nada opor”.

Edmílson, acima, refere-se ao fato de que até então não havia sido a ele direcionado nenhum pagamento pelo uso da Quadra: “e o, e o... já avisou...” Edmílson não diz o nome do “bigode grosso”, expressão de uma espécie de “lei do silêncio” (MACHADO DA SILVA, 2008; p.45) típica da sociabilidade violenta (quebrantada um pouco pela relação de confiança por nós forjada), mas não deixa de compartilhar sua preocupação:

Edmílson: [ele já avisou] mais de uma vez e essa é a minha preocupação, porque daqui a pouco eu vou me sentir responsabilizado por isso. Entendeu? Porque tão brincando com coisa séria, é com eles mesmo, eu não tô preocupado não. Só não quero depois vir ninguém reclamar comigo, ó... eu até falei com... porque o filho aqui costuma botar a cara: “não! ah!, pa!, porque eu que sou o cara que organizo.” Só que eu já falei até com ela: “Fulana, dá uns toques no fulano, não é assim, ele tá muito acelerado... tira o corpo dele da reta, tá botando muito a cara, se você não responde por tudo, você não tem que falar que você responde por tudo, aprende isso... Se não é você que cuida do dinheiro do Grupo B, você não tem que falar que tem dinheiro ou que não tem, você tem que chamar o cara que gerencia o caixa do Grupo B pra dizer se tem ou se não tem...”

Eu: É verdade, tem que se preservar, né?

Edmílson: Mas, a gente fala, aí acha que... então, eu falei, assim: “quer saber? De boa? Tranquilo, mas eu já avisei, se vier me perguntar eu vou falar que não deu, porque eu já dei toque, já

avisei, já pedi”, mas depois eu não quero me sentir culpado dessas parada, mas, porra... os caras parece que é maluco, meu irmão, não sei o que que tem na cabeça!

A entrevista ocorreu na sala (que pertence à Associação de Moradores) em que ocorreram as reuniões de “Café Comunitário” a que fiz referência, que se encontra localizada no andar superior de uma sequência de “puxadinhos” que configuram um amplo espaço dividido em vários ambientes, três dos quais utilizados pela Associação de Moradores como sua sede física propriamente dita. “O filho aqui” é, pois, o filho de Tamara (a “Fulana”), Tales, do Grupo B; a fala é particularmente ilustrativa do dilema que ele vive ocupando o lugar de “gerenciador”, recheado de tensões e acordos muito tênues, sempre construídos sobre a possibilidade de fundo do uso da força física, armada.

Em fins de fevereiro, numa terça-feira, chego à favela Horizonte para participar do “Café Comunitário em comemoração dos três anos desta UPP, que ocorrerá na Quadra do Largo, às 10h”; parte da frase vai entre aspas por ser retirada do *emeio* de divulgação e convite enviado pela própria UPP para sua rede de contatos. Ao fim do *emeio*, que é assinado por uma “soldado de proximidade”, há uma citação bíblica: “bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados de filhos de Deus (Mateus, 5; p.9.)”. Deixando de lado o caráter desse convite e dessa reunião, gostaria de destacar a conversa ocorrida entre mim, Tamara e Edmílson, na sala da Associação de Moradores, antes de nos dirigirmos à Quadra para participar da reunião. Num primeiro momento, estávamos conversando apenas eu e Tamara sobre o novo capitão da UPP e as dificuldades que ela vem encontrando por conta dessa mudança de comando. A certa altura do diálogo, chega à sala Edmílson, visivelmente abalado e preocupado, falando para Tamara que o “bigode grosso falou pra caramba na cabeça” dele, falou à beça com ele. Edmílson mostrou-se muito incomodado e preocupado com esse assédio. Fico sabendo, então, que houve um conflito envolvendo o Grupo B e o tráfico de drogas local. De acordo com as falas de Tamara e Edmílson, no sábado anterior, estava marcada, para ocorrer na Quadra do Largo, uma festa do Grupo B que adentraria a madrugada, até as quatro horas da manhã (horário permitido pela UPP). No entanto, outro bonde local (que chamaremos de Bonde N) faria uma festa no mesmo horário na Quadra de uma outra favela contígua à Horizonte, favela integrante tanto do perímetro de atuação da UPP H quanto da área de domínio do chefe do tráfico da parte inferior da favela Horizonte. Em face disso, esse “chefe” exigiu que o Grupo B cancelasse (ou

adiasse) seu evento para não haver concorrência com o Bonde N. Em face da negativa do Grupo em acatar a exigência, o tráfico proibiu que fosse utilizada a Quadra do Largo. Os representantes do Grupo, então, decidiram transferir a festa para uma praça da favela (que chamaremos de Praça do Sal), localizada em sua parte mais alta e, portanto, pertencente à área de atuação do outro “dono do morro”. Segundo Edmílson e Tamara (e outras pessoas com quem pude conversar, inclusive moradores da área em que se encontra a Praça do Sal), o evento “bombou”, atraindo um público de cerca de duas mil pessoas e acabando apenas no fim da madrugada. Enquanto Edmílson mostrava-se preocupado pelo fato de Tales ter assumido um certo protagonismo nessa série de acontecimentos, Tamara não expressou apreensão nenhuma. Edmílson completa dizendo que o Grupo B está desde então proibido pelo tráfico local de fazer festas e eventos na Quadra do Largo, e Tamara complementa afirmando que, como a maioria do público (do evento ocorrido no sábado na Praça do Sal) era “usuário”, os “meninos venderam tudo, não sobrou nada”, o que teria incomodado “ainda mais” o chefe do tráfico da parte inferior da favela.

Condiderações Finais: do *Novo Cerco* às Favelas Cariocas e seus Moradores

Analisando a dinâmica de relações em torno da (in)viabilização da organização de eventos na favela Horizonte, portanto, encontramos os produtores culturais no fogo cruzado de uma disputa velada entre duas ordens sociais incompatíveis entre si no que tange às experiências sociais que as definem. Assim, com duas forças armadas disputando poder *in loco*, i.e., disputando (de maneira discricionária e arbitrária) o poder de estipular regras de utilização do espaço público para fins de reunião coletiva, confraternizações, “eventos” e afins, diferentes grupos e “bondes” são objeto de distintos tratamentos por parte dos representantes daquelas duas ordens sociais. Desse modo, ao mesmo tempo em que o Bonde X (como outros, aliás) tem seus pedidos negados ou dificultados pela UPP – e Joca diz estar “ficando desanimado” de fazer festa na Quadra, porque “a burocracia tá muito grande”, e porque o capitão da UPP cancelou uma festa por ele organizada apenas dois dias antes de sua realização (em função do evento político de inauguração das obras da sede da UPP) –, o Grupo B, que, segundo Edmílson, foi o “grupo mais

beneficiado” pelo esquema inaugurado pela Unidade de Polícia, está, desde os acontecimentos relatados, proibido de realizar suas festas no espaço da Quadra do Largo em função de um conflito direto com o tráfico de drogas da área.

A UPP, portanto, no caso específico aqui analisado, atualiza a seu modo a “gestão diferencial das ilegalidades” (FOUCAULT, 2007) – numa inversão do discurso dominante que a promove como força (armada) do poder público a desbravar e anexar (militarmente) um território inimigo (sob o império de outras leis, regras e costumes) e inaugurar uma miríade de iniciativas capaz de paulatinamente incorporá-lo às instituições da “cidade formal”. Neste sentido, ela pode a todos surpreender ao impor uma sanção (ou uma restrição) insuspeita, tal como na admoestação (que vimos o capitão Reginaldo fazer num “Café Comunitário”), segundo a qual a cobrança de ingressos no espaço público seria inadmissível: “eu espero que vocês não estejam fazendo isso...”. Pode-se dizer que, na pena de Foucault, a noção de “gestão diferencial das ilegalidades” encontra um dos seus significados na ideia do gerenciamento, operado por agentes do poder público (mas, às margens da lei), de práticas e atividades ilegais (na definição da letra da lei). Mas, Foucault está preocupado com a constituição de mecanismos de controle na moderna sociedade burguesa e desenvolve essa noção para designar um circuito (em permanente interação dinâmica) entre delinquência, prisão, justiça penal e polícia com o intuito de mostrar que o suposto “fracasso da prisão” (enquanto instrumento da repressão e diminuição de infrações legalmente definidas e da “recuperação” do detido) oculta o seu sucesso colossal: o de classificar, distribuir e distinguir as ilegalidades para delas isolar, concentrar e especificar (para melhor manejar) a “delinquência”, do que deriva uma série de utilidades e vantagens (econômicas e políticas) do ponto de vista do governo da população. Eu, obviamente, utilizo a noção foucaultiana num sentido infinitamente mais modesto, apostando que ela guarda forte analogia com o caso aqui analisado por expressar vividamente sua faceta protagonizada pela UPP⁵⁶. Na medida em que está prevista legalmente a mais plena discricionariedade à força policial no que tange aos critérios e

⁵⁶ Daí, apesar do alerta de Acosta (2004), eu optar por manter a tradução do termo francês (*illégalisme*) presente na edição brasileira de *Vigiar e Punir* – porque o sentido aqui é mais preciso (ou melhor, circunscrito) e os ilegalismos a que Foucault se refere são mais múltiplos e heterogêneos.

requisitos da realização de “eventos” (o que, do ponto de vista das próprias garantias constitucionais, é ilegal), a UPP, sobretudo, mas não exclusivamente, na figura do seu capitão local, reveste-se de ampla margem de liberdade para dispensar (a seu próprio juízo) tratamentos distintos àqueles que se propõem à tarefa da organização de “eventos” – isto é, reveste-se do poder de gerir seletivamente práticas ilegais, o que tem por efeito constituir (ou contribuir para a constituição de) seu lugar de poder político local e colocá-la na figura de uma espécie de “novo dono do morro”⁵⁷, até porque, para promotores de eventos de pequeno porte, é impossível satisfazer todas as exigências legais que condicionam a autorização dos poderes públicos para a realização de sua atividade. Assim, a força policial pode agir seletivamente (no sentido de BECKER, 2008) e, por isso mesmo, orientada por preconceitos e estigmas historicamente associados aos moradores de favela e aos seus gostos e produções/manifestações culturais – daí o capitão Reginaldo opor-se fortemente ao funk (a que se refere quando afirma “é nada de sentar na cabecinha também, nada disso!” ou “eu gosto de funk, mas tem a lei”), o que acabou por beneficiar o Grupo B, que se enquadra em outro estilo musical.

Acontece que esse novo “dono do morro” não expulsou o anterior, mas com ele convive e rivaliza. A “sociabilidade violenta”, enquanto forma de vida autônoma baseada na constante demonstração da força física como meio de manutenção e como princípio de articulação das práticas que circunscreve, permanece como ordem social capaz de rivalizar com a investida da ordem institucional-legal representada pelo projeto de “pacificação” de determinadas áreas de favela da cidade. Trata-se de uma permanência que se dá com substanciais alterações (dado o fato nada desprezível do declínio da ostentação de armas pelas facções criminosas que atuavam na favela Horizonte, segundo as falas de todos com os que lá já tive contato), mas que é capaz, ainda, de operar uma espécie de disputa pelo poder com a

⁵⁷ Analisando mais genérica e amplamente o impacto das UPPs no Rio de Janeiro, Cano et al. (2011; p.156-7 – grifos do autor) também chegam a utilizar essa expressão ao sugerirem que dois dos riscos das UPPs são, por um lado, o de “o comandante [da UPP] local se tornar o ‘novo dono do morro’, substituindo a figura associada ao crime por uma nova, investida de legalidade, mas igualmente impositiva” e, por outro, o de “o policial adotar uma posição paternal em relação à comunidade, talvez mais benigna do que a do ‘chefe do morro’, mas também autoritária. Esta figura paterna adotaria decisões pelo bem dos moradores, mas concentraria para si um amplo poder regulatório e decisório. De fato, algumas falas de comandantes transmitem a impressão de um pai impaciente com seus filhos, benevolente às vezes e severo outras, sempre disciplinador, alternando prêmios e castigos na tentativa de educar os moradores”.

unidade policial local. Tivemos a oportunidade, aqui, ainda que numa primeira aproximação que carece de maior elaboração teórica e etnográfica, de explorar apenas uma pequena faceta dessa disputa, mas que já nos dá pistas desse *novo cerco* vivido pelos moradores de favelas “pacificadas” no Rio de Janeiro⁵⁸. O conceito típico-ideal de “sociabilidade violenta” é o ponto central da interpretação de Machado da Silva acerca da criminalidade violenta no Brasil urbano; o autor o entende como uma ordem social (ou uma forma de vida) autônoma que tem como agente principal o traficante varejista de drogas e que disputa (desigualmente) o território da cidade com outra ordem social que lhe contradiz de cabo a rabo, a ordem institucional-legal. Esta, fundada no monopólio formal da violência pelo aparelho de Estado, é incompatível com aquela, em que a força bruta (e os equipamentos que a potencializam) ocupa(m) o lugar de seu princípio de coordenação, articulação e manutenção. É fundamental sublinhar (como Machado, em escritos e comunicações pessoais, o faz constantemente) que se trata, aqui, de um conceito *típico-ideal*, o que significa dizer que o conceito de “sociabilidade violenta” descreve um estado de coisas que inexistente (em sua pureza analítica) na realidade, mas que guarda algum grau de aproximação relativamente à experiência empírica na medida em que é construído a partir da “exageração” ou “acentuação” de alguns traços seus. A utilização desse conceito, aqui, portanto, tem de levar em consideração esta nota metodológica, já que nem todos os atributos e caracteres mencionados por Machado como definidores da ordem social da “sociabilidade violenta” podem ser identificados na etnografia neste trabalho exposta. Por exemplo, argumentamos aqui que os agentes portadores dessa ordem social (os traficantes de drogas) formam, ao lado da UPP, as duas forças locais armadas que rivalizam (indiretamente) no estabelecimento de regras de uso do espaço público. Em alguns textos, no entanto, a conceituação de Machado acerca da atuação desses traficantes não

⁵⁸ Outros casos poderiam ser trazidos à baila para discutir esse ponto da constituição de um *novo cerco*, mas me limitei, nesta exposição, apenas à temática da organização e realização de “eventos”. Cumpre destacar, ainda, que o foco de minha análise, aqui, foi dado pelas atividades tanto da UPP quanto do tráfico de drogas no que diz respeito à tentativa de normatizar o uso do espaço público para fins de realizações de “eventos”. E isso através de relatos de moradores, lideranças locais e produtores culturais. A etnografia, por outro lado, não identificou a associação de moradores (enquanto elo fundamental na cadeia burocrática que permite – ou inviabiliza – a organização de eventos) como instância que, a seu modo, beneficia ou prejudica este ou aquele grupo (ou indivíduo) que se propõe a realizar algum tipo de “festa” ou “evento”, o que não deixa de ser logicamente possível.

comporta esse tipo de atitude voltada para a “regulação”, já que Machado chega a afirmar o caráter explosivo, irracional e radicalmente imprevisível daquela atuação, em que a violência (ou a força bruta) é um fim em si mesmo (e não um meio ou instrumento de dominação). No entanto, temos de ter em mente o caráter típico-ideal do conceito, o que permite que ele seja reelaborado ou precisado (continuamente) na medida em que seja cotejado com casos empíricos concretos (não é outra coisa, aliás, que Weber quer dizer quando fala da “eterna juventude” das ciências sociais). Essa etnografia pretendeu esboçar uma contribuição a este debate, sugerindo (ainda que com base no estudo de um caso pontual) que a experiência das UPPs renova (ao invés de eliminar) um cerco vivido pelos moradores de favela da cidade (cerco este já explorado teórica e empiricamente – e de maneira convincente – em Machado da Silva [2008]).

Sem dúvida, o experimento das UPPs tem (em potência, em estado latente) condições de consolidar-se como política pública, de normatizar mais precisa e universalmente a atuação dos diferentes comandos e de investir num diálogo menos assimétrico e mais igualitário com os moradores de favela e suas instituições de atuação e representação, trabalhando no sentido de construir espaços formais de interação (de que os “Cafés Comunitários” podem vir a ser um exemplo) que promovam interlocuções mais autônomas e menos desiguais. Para isso, a legislação precisa ser aperfeiçoada e o poder público tem de consolidar as experiências em curso (reparando erros e fortalecendo os acertos). No início de 2015, tanto o Coronel Pinheiro Neto (Comandante Geral da PMERJ) quanto o Coronel Robson Rodrigues (chefe do Estado Maior da PMERJ) deram declarações no sentido de frear a expansão quantitativa das UPPs em prol de um “freio de arrumação”, o que coloca no horizonte o fortalecimento da experiência da “polícia de proximidade”,⁵⁹ embora seja evidente a ineficiência, neste e noutros sentidos, das autoridades competentes.

⁵⁹ Cf., a este respeito, <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-governo-quer-100-da-pm-com-nivel-superior-em-15-anos,edf5b0116ada1ebc9758a3135d61dc15uk2zRCRD.html>. Acesso em 19 de outubro de 2015. E <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/mudancas-no-patrolhamento-das-upps-do-alemaco/CPP>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

Referências

- ACOSTA, Fernando.
(2004). Ilegalismos privilegiados. *Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, EDUFF, no. 16; p. 65-98.
- BECKER, Howard.
(2008). *Empreendedores morais*. In: *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève.
(2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOURDIEU, Pierre.
(2010). *O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- BURGOS, Marcelo Baumann *et al.*
(2011). O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011; p. 49-98.
- CANO, Ignácio *et al.*
(2012). ‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ).
- CARDOSO, Adalberto Moreira.
(2013). *Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond.
(2008). Rio de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris. *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, v. XL; p.617 – 640.
- CARVALHO, Monique Batista.
(2013). A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão – Ano XVI – nº 29*.
- FABENI, Raquel *et al.*
(2013). Ação coletiva no contexto das UPPs: entre políticas, memórias e resistências. *ANPOCS*. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8705&Itemid=429.
- DAMATTA, Roberto.
(2007). *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah.
(2004). *Anthropology in the margins of the state*. Oxford: School of American Research Press/James Currey.
- DAVIES, Frank Andrew.
(2014). Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. *Rev. Bras. Segur. Pública*. São Paulo v. 8, n. 1, 2-4; p. 24-48.
- FOUCAULT, Michel.
(2012). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30; p. 194-222.
- (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GASTALDO, Edison.
(2008). Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. *RBCS* Vol. 23 n. 68.
- GOFFMAN, Erving.
(1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GLUCKMAN, Max.
(1975). O material etnográfico na Antropologia Social inglesa. In: *Desvendando Máscaras Sociais*. Editora Francisco Alves.

- HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. (S/d). *UPPs Social: ações para a consolidação da pacificação*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>.
- LEITE, Márcia Pereira. (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Segur. Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2; p. 374-388.
- MACHADO, Roberto. (1979). Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2012a). A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje. In: Marco Antonio Mello *et al.* (Org.); *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- (2012b). As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro. In: Angela Moulin S. Penalva Santos; Glaucio José Marafon; Maria Josefina Gabriel Sant’anna (Orgs.); *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma, FAPERJ.
- (2011a). Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*. Fevereiro de 2011, 15 (1); p.67-82.
- (2011b). Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais. Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - no 4 – out./nov./dez. 2011; p. 663-698.
- (2010a). Afinal, qual é a das UPPs? *Observatório das Metrópoles*.
- (2010b). “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 59; p. 283-300.
- (2008a). Introdução. In: Luiz Antônio Machado da Silva (Org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2008b). Apontamentos metodológicos. In: Luiz Antônio Machado da Silva (Org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2008c). Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2004a). Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE.
- (2004b). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1; p. 53-84.
- (2004c). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano. In: L. C. Q. Ribeiro (Org.); *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, Perseu Abramo / FASE; p.291-315.
- (1967). A política na favela. In: *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.41, maio/junho.
- (2002a). A continuidade do “problema da favela”. In: Lúcia Lippi Oliveira (Org.); *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq.
- (2002b). Da informalidade à empregabilidade (reorganizado a dominação no mundo do trabalho). *CADERNO CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez.
- (1999). Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 13; p. 115-124.
- (1994). Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana brasileira. In: L. C. Ribeiro; O. Santos Jr (Orgs.); *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- (1993). Violência urbana: representação de uma ordem social. In: E.P. Nascimento; I.A.F. Barreira (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Pereira.
- (2008). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Luiz Antônio Machado (Org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: IBASE. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.
- (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo.
- MARTINS, Carlos Benedito de Campos.
- (2008). Nota sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman. *RBCS* Vol. 23 n.o 68.
- MISSE, Michel.
- (1997). *Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima*. Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Mimeo. Rio de Janeiro.
- MONCAU, Luiz Fernando.
- (S/d). *Parecer sobre a legislação do Estado do Rio de Janeiro relativa à formalização de eventos artísticos*. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/meu-rio-production/Parecer+da+FGV+-+Leis+Eventos.pdf>.
- MONCAU, Luiz Fernando; PIMENTEL, Guilherme.
- (2013). O funk carioca e a lei – problemas e recomendações. In: *Política cultural com as periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea*. Pâmella Passos; Aline Dantas; Marisa Melo. (Org.). Rio de Janeiro: IFRJ.
- OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 3, 2013, pp. 635-671.
- PANDOLFI, Dulce; GRYNSPAN, Mario.
- (2002). Poder Público e Favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.); *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ CNPq.
- PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos.
- (2014). A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. *Cad. Metrop.* São Paulo, v. 16, n. 32;p. 307-328.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza.
- (2012). As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; et al.
- (S/d). Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs. In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31.
- RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger.
- (2011). Max Weber e Pierre Bourdieu: uma aproximação a partir da noção de Tipo Ideal. *Cadernos SocioFilo*.
- RIBEIRO, Renato Janine.
- (2001). *A República*. São Paulo: Publifolha.
- SILVA, Itamar; ROCHA, Lia de Mattos.
- (2008). Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Organização: Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- SMITH, Neil.
- (2012). *La nueva frontera urbana*. Ciudad revanchista y gentrificación. Traficantes de sueños.
- SOARES, Luiz Eduardo.
- (2009/2009). Refundar as polícias. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 6 de janeiro.

TELLES, Vera da Silva.

(2010). *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

VALLADARES, Lícia.

(2005). *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VANDENBERGHE, Frédéric.

(2011). O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. *Cadernos SocioFilo*.

VAN VELSEN, J.

(1991). A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Global Universitária.

RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Ed.).

(2009). *What is a case?* Exploring the foundations of social inquiry. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em

dezembro de 2014

Aprovado em

dezembro de 2015